CADERNO DE PROPOSTA

7ª Conferência Estadual de
Direitos Humanos
2016

SUMÁRIO

Eixo I -Afirmação e Fortalecimento da Demoracia 3

Subeixo I: Participação política 4

Subeixo II: Controle social das políticas públicas de direitos humanos 6

Subeixo III: Liberdade de expressão e direito à comunicação 8

Subeixo IV: Educação em direitos humanos 10

Subeixo V: Pacto federativo e responsabilidades institucionais 13

Eixo II - Garantia e universalização de direitos 15

Subeixo I: Sistema Nacional de Direitos Humanos para implementação da terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) 16

Subeixo II: Enfrentamento da violência motivada por diferenças de gênero, raça ou etnia, idade, orientação sexual, identidade de gênero 17

e situação de vulnerabilidade 17

Subeixo III: Enfrentamento ao extermínio da juventude negra 19

Subeixo IV: Enfrentamento à criminalização dos movimentos sociais e defesa dos direitos dos defensores de direitos humanos 20

Subeixo V: Memória, verdade e justiça 21

Eixo III - Promoção e consolidação da igualdade 25

Subeixo I: Desenvolvimento e direitos humanos 26

Subeixo II: Compromissos institucionais com as políticas de reparação, ações afirmativas e promoção da igualdade 29

Subeixo III: Promoção de direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais 31

Subeixo IV: Estratégias de mobilização e promoção dos direitos humanos 34

Caderno de Proposta

EIXO I -AFIRMAÇÃO E FORTALECIMENTO DA DEMORACIA

EIXO I - AFIRMAÇÃO E FORTALECIMENTO DA DEMORACIA

Subeixo I: Participação política

Categoria: Audiências e consultas públicas	
Região : Franca e Barretos	
1	Ampla divulgação das audiências públicas na Imprensa escrita e falada e principais meios de comunicação (principais rádios e jornais, carro de som, internet e redes sociais) dos equipamentos públicos e privados, de forma reiterativa, com antecedência de 7 a 10 dias corridos
Região : Marília	
2	Obrigatoriedade de realização de audiências públicas com a participação ampla da sociedade antes da tomada de decisões relevantes nas áreas de saúde e educação.
Região : Araçatuba	
3	Garantir que as audiências públicas sejam realizadas em horário compatível com os horários dos trabalhadores e que a divulgação seja ampla, adequada e conveniente sob o ponto de vista da população.
Região : Marília	
4	Consulta pública e promoção da inclusão dos profissionais da educação pública em questões de alta relevância.
Categoria: Fóruns e conferências	
Região : Ribeirão Preto	
5	Para a realização da Conferência Estadual, os municípios com mais de 100 mil habitantes sejam obrigados a realizar suas Conferências Municipais.
Região : Sorocaba	
6	Garantir que as Conferências de Direitos Humanos tenham periodicidade fixa, dotação orçamentária própria prevista e responsabilidades dos entes federados definidas por lei federal.
Região : Registro	
7	Criação de fóruns regionais para discussão e proposição de políticas públicas de temáticas acerca dos direitos humanos: igualdade racial, direitos lgbt, idosos, população carcerária, gênero, crianças e adolescentes e pessoa com deficiência.
Região : Itapeva	
8	Promover fóruns, conferências e seminários regionais para discussão de temas dos direitos humanos.
Região : Ribeirão Preto	
9	Criaçao e garantia de Fóruns permanentes de discussão nas Pol. Publicas de Direitos Humanos voltados para as ações afirmativas e promoção de igualdade na defesa e direito da mulher, juventude negra, LGBTT, criança e adolescente, egressos e outros.
Região : Santos	
10	Mobilização e promoção dos direitos humanos por meio de reuniões com a rede Educacional; Campanhas Institucionais; Fóruns temáticos regionais com participação dos órgãos envolvidos, e criação de camaras nas regiões administrativas sobre direitos humanos

Região : Livre São José do Rio Preto	
11	Impulsionar a criação de um Fórum dos Conselhos de Direitos.
Região : Bauru/ Araraquara	
12	Sistematização e normatização das Conferências de Diretos Humanos na s três esferas de Governo.
Região: Livre São Paulo	
13	Controle social dos órgãos do Sistema de Justiça (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública) por meio de conferências temáticas, visando o acesso à justiça, considerando as condições pessoais e sociais dos indivíduos.
Região: Oeste da RMSP	
14	Estimular a Criação de fóruns populares locais de Direitos Humanos voltados para a educação e a formação política.
Categoria: Participação e representatividade	
Região : Campinas/ Limeira	
15	Estabelecer critérios de representatividade da sociedade civil em toda sua pluralidade nos espaços da democracia participativa
Região : Itapeva	
16	Promover a participação efetiva de crianças e adolescentes nos conselhos e conferências de direitos, garantindo o protagonismo juvenil.
Categoria: Sistema político	
Região : São Paulo	
16	Reforma política com fim do financiamento privado de campanha, confirmação dos mandatos eletivos no meio do exercício. Quarentena para apresentadores de rádio e televisão que queiram ser candidatos a cargos eletivos.

Subeixo II: Controle social das políticas públicas de direitos humanos

Conselhos/ capacitação	
Região : Bauru/Araraquara	
1	Garantir orçamento para capacitação dos Conselheiros de políticas públicas nas três esferas de governo.
Região : Bauru/Araraquara	
2	Ampliar e assegurar a formação e/ou capacitação dos profissionais que atuam na área de direitos humanos, fortalecendo a implantação dos conselhos municipais de Direitos Humanos.

Categoria: Conselhos/ fomento	
Região : Bauru/Araraquara	
3	Regulamentação da obrigatoriedade na Criação de Conselho de Direitos Humanos nos municípios
Região : Catanduva	
4	Promover um fórum de discussão de políticas públicas em direitos humanos com o objetivo de criação de Conselhos Municipais de Direitos Humanos.
Região : Presidente Prudente	
5	Criação dos Conselhos Municipais dos Direitos Humanos com participação dos segmentos de minorias. Este Conselho deverá ser Deliberativo e consultivo.
Região : Registro	
6	Criar e efetivar os Conselhos de Direitos em todos os Municípios do Vale do Ribeira.
Região : Sorocaba	
7	Promover canais de discussão e conhecimento sobre direitos humanos, por meio de debates, seminários, fóruns, encontros, garantindo a participação de diversidade de perfis. Com estes mecanismos, criar os conselhos municipais consultivos e/ou deliberativos sobre direitos humanos.
Região : Santos	
8	Criação de Conselhos de Direitos Humanos bem como a criação de seus órgãos gestores nas esferas municipais e estadual, com a criação de fundo para subsidiá–los.
Região : Livre São José do Rio Preto	
9	Criar o Conselho de Direitos Humanos por meio de PL de iniciativa popular.

Categoria: Conselhos/ marcos regulatórios e funcionamento	
Região : Campinas/ Limeira	
10	Garantir que as resoluções dos Conselhos de direitos sejam consideradas como prioridade ao governo e devidamente previstas no ciclo orçamentário (PPA, LDO e LOA).
Região : Franca e Barretos	
11	Regulamentação, divulgação ampla e contínua e mobilização dos Conselhos Municipais de Direitos.

Região : Franca e Barretos	
12	Alterar a Lei de criação dos Conselhos Municipais garantindo a paridade entre o Poder Público e a Sociedade Civil de forma efetiva bem como a representação dos usuários
Região : Ribeirão Preto	
13	Ampliação da participação da sociedade civil nos conselhos municipais, onde esta deve ocupar ao menos 2/3 das cadeiras
Região : Santos	
14	Criação de câmara temática de DH no Condesb com a participação de representantes da sociedade civil de acordo com o que prevê o estatuto da metrópole que garante essa participação na governança das regiões metropolitanas.
Região : São José dos Campos	
15	Garantir equipe de assessoria de comunicação e assessoria jurídica para os conselhos de direitos e políticas públicas em nível municipal.
Região : Registro	
16	Assegurar a participação e fortalecimento dos conselhos de garantia de direito dos idosos, visando aumentar os subsídios das esferas municipais e estaduais para sociedade civil e setor público que executem políticas públicas nas áreas do idoso.
Região : Livre São José do Rio Preto	
17	Combater a submissão e o clientelismo dos Conselhos em todas as esferas.
Região : Livre São Paulo	
18	Fortalecer os conselhos existentes e futuros, apoiando a participação e o diálogo dos integrantes como processo de empoderamento qualificado, onde sejam considerados tempo hábil e a dotação dos recursos (materiais e imateriais) necessários para a participação, construção, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas, dando lhes o poder de referendar a indicação de gestores públicos comissionados.
Região : Livre São Paulo	
19	Normatizar a paridade de gêneros nos conselhos estaduais e municipais de cidadania.
Região : Livre São Paulo	
20	Garantir que na constituição dos Conselhos de Direitos das diversas politicas públicas que estes não sejam presididos pelo poder público, ou sejam alternados
Categoria: Transparência	
Região : São Paulo	
21	Construção normativa do Sistema Único de Transparência e Controle Social nos três níveis de governo, nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário), com base nas deliberações da I Conferência de Transparência e Controle Social (Consocial/2012) e amplo processo participativo com audiências públicas precedidos de consultas públicas, culminando com a convocação e realizadas da II Consocial.
Região : Livre São Paulo	
22	Fortalecimento da Lei de Acesso à Informação e garantia da estrutura de transparência dos órgãos estatais (PM, Conselho Tutelar, SE, etc.).

Subeixo III: Liberdade de expressão e direito à comunicação

Categoria: Direito à comunicação	
Região : Registro	
1	Plano estadual de comunicação sobre direitos humanos para que todos os cidadãos conheçam o que são seus direitos e dos demais.
Região : Santos	
2	Equipar os espaços públicos com internet grátis, com políticas de segurança dos dados, incluindo cadastro de usuários e acessibilidade para deficientes.
Região : Santos	
3	Criar sistema de comunicação com uso de canais de radiodifusão, impressos e dinâmicas presenciais para divulgação de políticas de Direitos Humanos no município.
Região : São José dos Campos	
4	Inserção de conteúdo sobre entendimento doutrinário a respeito de Direitos Humanos, Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação nas provas para ingresso nas carreiras jurídicas.
Região : Livre São Paulo	
5	Democratizar o acesso aos meios de comunicação como garantia da representação da diversidade social brasileira, com mecanismos de controle social efetivos.
Região :Oeste da RMSP	
6	Criar politicas que estimulem o desenvolvimento das diferentes formas de comunicação: rádio comunitária, TV comunitária e todas as formas de mídias livres.

Categoria: Liberdade de expressão	
Região : Araçatuba	
7	Incentivar a discussão sobre liberdade de expressão feminina nos centros de defesa da mulher.
Região : Ribeirão Preto	
8	Garantia e efetivação de direito à liberdade de expressão em mídias sociais.

Categoria: Marcos regulatórios	
Região : São Paulo	
9	Criação do Conselho de Comunicação Social (PNHD 2013) com revisão das leis de concessão e veto à propriedade cruzada dos meios de comunicação, garantidor da liberdade de expressão não apenas dos donos desses veículos, que constitui uma grave forma de censura. Criar programação permanentes de comunicação para informar cidadãos sobre ações de participação, conselhos, conferências.
Região : São José dos Campos	
10	Regular Artigo 221 da Constituição Federal que prevê obrigatoriedade de produção e veiculação de conteúdos regionais pela mídia.

Região : Bauru/ Araraquara	
11	Criar uma Lei Federal de regulação dos veículos de comunicação pública no que se refere a divulgação das formas de luta dos movimentos sociais, eliminando qualquer tipo de incitações à violência, ao preconceito e à discriminação étinica-social.

Subeixo IV: Educação em direitos humanos

Categoria: Educação continuada	
Região : Campinas/ Limeira	
1	Garantir educação permanente em direitos humanos para todos os profissionais da saúde, educação, segurança pública, para o respeito às singularidades étnico-raciais, de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, pessoas com deficiência, de diferentes identificações religiosas e outros, com o objetivo de: a) respeito às particularidades humanas, b) combate à violência institucional, c) combate à violência policial, d) combate aos estigmas e preconceitos sociais.
Região : Catanduva	
2	Curso de formação e capacitação para gestores, servidores públicos e a sociedade civil em direitos humanos.
Região : Marília	
3	Capacitação de pelo menos 5% dos servidores públicos e dos órgãos em linguagem de pessoas com deficiência para que possa acontecer a comunicação da melhor forma possível.
Região : Marília	
4	Implementação de cursos de formação presencial (e não EAD) em direitos humanos para toda a comunidade escolar, familiares de alunos e outros servidores públicos, contemplando tema como: violências e preconceitos, educação sexual, relações étnico-raciais, deficiências em geral e outros grupos minoritários.
Região : Registro	
5	Instituir programas de formação sobre Direitos Humanos para profissionais que atuem com populações em geral.
Região :São José dos Campos	
6	Garantir a formação continuada dos servidores públicos para a efetivação dos Direitos Humanos no atendimento nas diversas políticas públicas.
Região :Sorocaba	
7	Apoiar programa de capacitação para o Poder Legislativo, inclusive mandatários, sobre direitos humanos, tratados internacionais e legislação existente sobre a temática.
Região :Catanduva	
8	Ampliar e segmentar os cursos de Direitos Humanos oferecidos pela Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania a todos os segmentos governamentais de proteção (ex. Guarda municipal, política civil e militar, funiconários publicos, saúde, conselhos de direitos), sendo um alternativa por vídeo-conferência em parceria com a SEE.
Região :Presidente Prudente	
9	Capacitação sistematizada que alcance todos os trabalhadores dos Serviços Públicos, para que estejam preparados para garantir a universalização dos Direitos.
Região :Presidente Prudente	
10	Capacitação do funcionalismo municipal, estadual e federal com a intenção de dar visibilidade aos movimentos sociais, educação em direitos humanos com respeito às diferenças, com investimento maciço na Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Administração Penitenciária, Ministério da Justiça, entre outros

Região : Santos	
11	Promover a capacitação dos profissionais em formação e para os já formados em acessibilidade, fazendo valer a lei ___/___ em vigor. (Lei 13.146 de 6 de julho de 2015, que intitui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
Região : São José dos Campos	
12	Obrigatoriedade de formação do quadro de servidores públicos municipais e estaduais em Direitos Humanos, de conteúdo sujeito ao referendo do Conselho Estadual dos Direitos Humanos. Efetivação nos currículos estaduais e municipais dos parâmetros curriculares nacionais no tocante aos Direitos Humanos.
Região : São Paulo	
13	Implementação de uma política estadual de educação em Direitos Humanos, observando as suas especificidades (raça/etnia, gênero, identidade de gênero, e orientação sexual) e articulando os aspectos da educação formal (na rede estadual de ensino), universidades, etc, e veículos de comunicação com educação não formal, mobilizando redes da sociedade civil, formação de educadores sociais em Direitos Humanos, promovendo a difusão dos valores e de uma cultura de igualdade e diversidade.
Região : Presidente Prudente	
14	Capacitar órgãos públicos através de palestra/oficina ampliando o conhecimento das necessidades da parcela de vulnerabilidade como: deficientes visuais, auditivos (surdos), físicos, ou população LGBT, fazendo com que os mesmos, sendo cada um no seu segmento exponham os preconceitos sofridos e a forma de como deveriam ser tratados, já que a maioria dos preconceitos acontece devido à falta de conhecimento de funcionários públicos.
Região : Registro	
15	Capacitação da Rede e criação mecanismos entre os serviços da Rede; criação de novos serviços. (EX. CREAS REGIONAL, CAPS REGIONAL).
Região : Livre São Paulo	
16	Educação Popular em Direitos Humanos (com foco na juventude, comunidade, sistema prisional e Fundação Casa).
Região : Livre São José do Rio Preto	
17	Capacitar no processo de formação de policiais civis, militares e guardas municipais na questão de gênero, raça, etnia, orientação sexual e situações de vulnerabilidades.
Categoria: Educação continuada/ profissionais da educação	
Região : Bauru/ Araraquara	
18	Implementar Programas de formação e capacitação aos profissionais da rede de educação.
Região : Itapeva	
19	Capacitação de servidores públicos da educação para os temas de igualdade racial e de diversidade sexual.
Região : Itapeva	
20	Capacitação de servidores públicos da educação para as questões específicas dos estudantes com deficiência, promovendo a inclusão educacional dessa população.
Região : Itapeva	
21	Criar e implementar programas de formação e capacitação dos professores da rede de educação municipal e estadual para que atuem com respeito à diversidade visando superar a matriz eurocêntrica e, consequentemente, o racismo em sala de aula. Isto deve contribuir para que os jovens de pertencimento afro racial e povos originários possam contruir identidades positivas.

Região : Santos	
22	Promover a capacitação continuada na rede de ensino pública e privada para que ocorra, por meio do planejamento pedagógico, divulgação e conscientização dentro das escolas, dos termos técnicos ou apropriados à diversidade de gênero, raça, etnia, idade, orientação sexual, identidade de gênero e situação de vulnerabilidade, para se ter uma conscientização dos atores que vivem e convivem com estas situações no dia a dia.
Região : Oeste da RMSP	
23	Implantar programas de educação em direitos humanos com campanhas participativas com alunos, família, comunidades, em escolas, universidades, equipamentos públicos na mobilização e promoção de direitos

Subeixo V: Pacto federativo e responsabilidades institucionais

Categoria: Articulação governamental	
Região : Araçatuba	
1	Pacto entre municípios para compartilhamento de competências para as políticas para a população em situação de rua e itinerante e garantia dos serviços prestados financiados pelo Estado.
Região : Itapeva	
2	Promover a integração entre as áreas de assistência social, saúde e educação para favorecer o acesso da população discente ao atendimento integral quando da violação de direitos humanos.
Região : Marília	
3	Revisar a política federal de repasse de fundos para os Estados e Municípios a fim de desenvolverem plenamente as políticas nacionais de direitos humanos envolvendo segurança, educação, saúde, acessibilidade e programas sociais, além de mecanismos de acompanhamento para a efetiva participação e controle social da sociedade civil para garantir o cumprimento da responsabilidade institucional.
Região : Ribeirão Preto	
4	Parceria entre as 3 esferas (Município, Estado e União) e sociedade civil para a capacitação permanete da população em Direitos Humanos.
Região : Registro	
5	Criar um pacto entre estado e municípios para divulgar lei 10.948/01 (Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual).
Região :Oeste da RMSP	
6	Criar GT de Direitos Humanos nos consórcios intermunicipais em especial CIOESTE e CONISUD.
Estruturas da Adminsitração Pública	
Região : Catanduva	
7	Criação de uma secretaria ou coordenação ou comitê intersecretarial de políticas públicas de direitos LGBT.
Região : Araçatuba	
8	Criação e/ou manutenção de secretarias de direitos humanos com garantia orçamentária mínima.
Região : Itapeva	
9	Implementar e efetivar os instrumentos de elaboração, fiscalização, gestão e financiamento das Políticas Públicas de Direitos Humanos em todos os municípios e regiões, tais como Coordenadorias Municipais e Regionais, Conselhos Municipais de Direito, Planos Municipais e Regionais de políticas Públicas e Fundos Municipais, respeitados os segmentos sociais (racial, LGBT, Mulheres, Idosos, Juventude, Crianças e Adolescentes, Pessoas com deficiência, entre outros), através da parceria e articulação entre os Governos Estadual e Municipais, e os Conselhos Estaduais de Direito.
Região : Oeste da RMSP	
10	Garantir recursos para criação de organismos em DH´s para execução nas três esferas governamentais garantindo a transversalidade para implantação e implementação de políticas públicas

Programa Estadual de Direitos Humanos	
Região : São Paulo	
11	Revisão do Plano Estadual dos DH pelo Conselho da Pessoa Humana(Condepe) e construção de processo participativo para elaborar o Plano Estadual e Planos Municipais de Educação em DH envolvendo crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Assegurar mecanismos para o monitoramento das ações.
Região : Sorocaba	
12	Criar um sistema integrado no qual as propostas deliberadas nas conferências estaduais de diferentes temas e segmentos possam subsidiar o Programa Estadual de Direitos Humanos.
Região : São José dos Campos	
13	Efetivação de um fórum regional de direitos humanos, que trimestralmente, monitore o Programa Estadual de Direitos Humanos, articulados pela secretaria de justiça e cidadania e casa civil.
Programa Responsabilidades institucionais	
Região : Registro	
14	Envio de relatório final da Conferência Regional de Registro para as Câmaras Municipais e Prefeituras do Vale do Ribeira, Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal, para que os governos executem a vontade da população.
Região : Santos	
15	Manifestação, após 90 dias, do compromisso ou posicionamento dos governos municipal estadual e federal sobre as propostas aprovadas nas conferências.
Região : Santos	
16	Que as Conferências tenham um ou mais organizadores previamente identificados e divulgados para que sejam responsabilizados pelo descumprimento da lei, e que a pauta e os materiais sejam disponibilizados inclusive em formato acessível.
Região : Ribeirão Preto	
17	Garantia de um percentual mínimo dos orçamentos públicos: municipais, estaduais e federal, destinados aos Fundos dos seguintes Conselhos: da mulher, LGBT (diversidade sexual), conselho de promoção da igualdade étnico-racial, assistência social, criança e adolescente, da juventude, da pessoa com deficiência, do idoso, dos demais Conselhos de Direitos.
Região : Registro	
18	Investimentos e fortalecimentos DAS POLÍTICAS PÚBLICAS existentes; fomento as parcerias institucionais e capacitação dos profissionais envolvidos nos serviços.
Região : Araçatuba	
19	Incentivo oficial a partir de política publica determinada para fortalecer as associações comunitárias e criá-las onde não houver
Região : Sorocaba	
20	Fomentar por meio de coordenadorias e/ou conselhos municipais a articulação entre os movimentos sociais existentes e os diferentes grupos de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários nos diversos territórios do município.
Região : Franca e Barretos	
21	Promover a obrigatoriedade dos temas de direitos humanos em Concursos Públicos e promover a capacitação continuada nos temas de Direitos Humanos
Região : Catanduva	
22	Desburocratizar as relações de direito, em especial ao indivíduo em vulnerabilidade, criando fluxo que garanta o sigilo e a humanização para a não revitimização.

Caderno de Proposta

EIXO II - GARANTIA E UNIVERSALIZAÇÃO DE DIREITOS

Subeixo I: Sistema Nacional de Direitos Humanos para implementação da terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)

Programa Nacional de Direitos Humanos	
Região: Bauru/ Araraquara	
1	Destinar recursos financeiros em nível federal, estadual e municipal para o desenvolvimento do Programa Nacional de Direitos Humanos - 3.
Região : São Paulo	
2	Regulamentação do sistema nacional de direitos humanos, incluindo municípios e estados nas responsabilidades da estratégia do PNDH3 e formação sobre o sistema.
Região : São Paulo	
3	Apresentar balanço e aprofundamento dos eixos, diretrizes e objetivos do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), em especial o Eixo II, diretrizes 4, 5 e 6; objetivo estratégico (implementação); eixo III, diretriz 10, objetivo 1, (garantia da afirmação da diversidade para a construção de uma sociedade igualitária, Eixo V, diretriz 22, objetivo 2.
Região : Livre São Paulo	
4	Criar um sistema de monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e Plano Nacional de Direitos Humanos, que envolva tanto a sociedade civil quanto o Estado, com divulgação dos dados e do conteúdo dos planos em linguagem acessível à população, sendo possível, inclusive, a utilização de linguagem literária ou outras e revisar e implementar o Plano Estadual de Direitos Humanos de São Paulo e criar o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos.
Região : Oeste da RMSP	
5	Incluir o tema desaparecimento de pessoas civis no Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3)

Sistema Nacional de Direitos Humanos	
Região: São Paulo	
6	Construção de diretrizes para um Sistema Único de DH nos três níveis de governo, nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário), por meio de amplo processo participativo com audiências públicas precedidos de consultas públicas. Com deliberação na próxima Conferência de Direitos. Legislar sobre Normatização do Programa de Defesa dos Defensores de DH, promoção, prevenção, monitoramento e execução da lei.
Região : Livre São Paulo	
7	Criação de um Sistema Nacional Integrado de Direitos Humanos, ligado aos Sistemas de Direitos existentes, para a defesa, promoção e controle social.

Subeixo II: Enfrentamento da violência motivada por diferenças de gênero, raça ou etnia, idade, orientação sexual, identidade de gênero e situação de vulnerabilidade

Estruturas de atendimento	
Região: Bauru/ Araraquara	
1	Criar centros de referência para prevenção, recebimento e encaminhamento de denúncias de violações em direitos humanos, para apoio e escuta, com equipes multidisciplinares e qualificadas.
Região : Presidente Prudente	
2	Criação e garantia de manutenção de casas de acolhimento regionais para população LGBT e mulheres em situação de vulnerabilidade social em cada um dos territórios de desenvolvimento do Estado.
Região : Presidente Prudente	
3	Garantir o atendimento à mulheres trans e travestis na delegacias de mulheres, bem como a criação de núcleos de apoio jurídico, psicológico e de assistência social à população LGBT.
Região : Ribeirão Preto	
4	Criação de centros de referência municipais das mulheres, respeitando as diferenças e especificades no planejamento e execução dos serviços. Com a fiscalização do Ministério Publico do Estado de São Paulo. Garantia e efetivação da implantação de conselhos de defesa e direitos LGBTT, bem como, garantia da criação de Centros de Referências para a população LGBTT, com equipe especializada no atendimento a vitimas de violência ou outras situação de vunerabilidade.
Região : São José dos Campos	
5	Criação da Casa Abrigo regional para atendimento de mulheres em situação de violência doméstica.
Região : Livre São José do Rio Preto	
6	Criação de Centros de Referencia Regionais LGBT, em articulação entre as esferas federal, estadual e municipais, aparelhados minimamente de psicólogo, advogado, assistente social com apoio administrativo.
Região : Livre São José do Rio Preto	
7	Criação de um Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos com trabalho itinerante em parceria com o Poder Público.
Prevenção e combate à violência	
Região: Bauru/ Araraquara	
8	Elaborar programas preventivos permanentes/continuados com o envolvimento de todas as políticas públicas, a fim de que se evite situações de violência doméstica, de gênero e a criação de programas para atendimento psicossocial aos agressores.
Região : Campinas/ Limeira	
9	Cumprir as políticas estabelecidas na Lei Maria da Penha; punir quem veicular e fizer apologia à violência contra a mulher.

Região : Campinas/ Limeira	
10	Fomentar e incentivar campanhas educativas institucionais, nos espaços públicos e privados, para enfrentamento a situações de violação de direitos e discriminações de orientação sexual, identidade de gênero, raça/etnia, idade, religião, gênero e situação de vulnerabilidade social, com o incentivo à capacitação dos agentes públicos e também a ampliação dos direitos humanos para usuários de substâncias psicoativas, através de políticas de redução de danos.
Região : Itapeva	
11	Que o poder público estadual realize ações de estímulo à formação de redes constituídas pelo poder público e pela sociedade civil nas regiões, com o fito de enfrentar a discriminação por identidade de gênero e orientação sexual.
Região : Marília	
12	Contratação de equipe técnica multidisciplinar (assistente social, psicólogo, fonoaudiólogo, psicopedagogo e mediador) para cada escola em âmbito estadual como medida de enfrentamento da violência: contratação de profissionais para o Conselho Tutelar que tenham as qualidades técnicas necessárias para serem conselheiros.
Região : Registro	
13	Mais subsídios para enfrentamento da violência contra a mulher, repressão ao tráfico de pessoas e capacitação da rede para identificar, prevenir, combater e enfrentar essas violações de direitos, garantindo inclusive a criação da casa de acolhimento regional para mulheres em situação de violência com seus filhos.
Região : Registro	
14	Aumentar as ações de prevenção ao abuso e exploração sexual incluindo áreas rurais. Identificar as possíveis instituições difusoras e multiplicadoras da temática da exploração sexual e como encaminhá-la. Criação de estruturas de acolhimento que garantam a não repetição das violências, além do aumento de subsídios municipais e estaduais para ofertar acompanhamento psicosocial continuado.
Região : Sorocaba	
15	Fortalecer as políticas protetivas e preventivas para que se estabeleça uma nova cultura de promoção das minorias societárias e de enfrentamento as situações que as vulnerabilizam.
Região : Registro	
16	Investimento em Politicas Publicas e serviços regionalizados para atender mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social.
Região : Santos	
17	Implementação do curso de Promotoras Legais Populares, através dos órgãos municipais, para a promoção dos direitos humanos e combate toda a forma de violência.

Subeixo III: Enfrentamento ao extermínio da juventude negra

Compromissos e violência institucional	
Região: São Paulo	
1	Exigir que a Secretaria de Segurança Pública crie e efetive uma política e um departamento a fim de extinguir a tortura, chacinas e assassinatos nas periferias, e que o Ministério Público faça o controle externo da polícia militar e a investigação dos crimes e punição dos responsáveis.
Região : Santos	
2	Exoneração do policial civil ou militar, agente de segurança que comprovadamente violar os direitos humanos, em especial contra a população jovem negra e em vulnerabiliade social.
Região : Oeste da RMSP	
3	Criar órgão dentro da segurança pública que investigue e puna crimes envolvendo a juventude negra.

Desigualdade racial	
Região: Bauru/ Araraquara	
4	Eliminar os mecanismos do Estado que promovem a assepsia racial e social, tendo como alvo prioritário a juventude pobre e negra.
Região : Itapeva	
5	Produzir e divulgar informações ao público em geral sobre a situação de desigualdade racial no Brasil, em geral, e no Estado de São Paulo, em particular.
Região : Sorocaba	
6	Desenvolver estratégias de informação à população negra sobre o crime de racismo e os mecanismos legais de sua defesa, orientando o passo-a-passo dos processos, bem como promover a capacitação das categorias profissionais que atuam na garantia de direitos.

Subeixo IV: Enfrentamento à criminalização dos movimentos sociais e defesa dos direitos dos defensores de direitos humanos

Movimentos sociais	
Região: Bauru/ Araraquara	
1	Garantir a organização e autonomia dos movimentos sociais, uma vez que há garantia de direitos previstos em lei, mas na prática é violada.
Região : São Paulo	
2	Que as Secretarias de Direitos Humanos e Ministério Público garantam os princípios da Constituição, dando garantia e legitimidade aos movimentos sociais, conforme o Capítulo I, art. 5°, inciso IX e inciso XVI, em defesa das lideranças e defensores dos direitos humanos contra o Estado e grupos de extermínio que violam estes direitos e, assim, efetivando a regulamentação dos direitos da sociedade civil de se organizar e reivindicar seus direitos, sem intervenção do Estado, uma vez que está incluso na Constituição Federal.
Região : Bauru/ Araraquara	
3	Assegurar a livre manifestação de movimentos sociais; incentivar o desenvolvimento, visibilidade e o acesso das mídias alternativas.
Região : Ribeirão Preto	
4	Ampliação dos espaços nos municipios que sejam sede de participação dos movimentos sociais, como locais de realização de encontros, debates e foruns.
Região : Livre São Paulo	
5	Escrever petição (com apoio de juristas, movimentos sociais e sociedade civil organizada) que seja contra a criminalização dos movimentos sociais, a ser entregue aos três poderes.
Região : Oeste da RMSP	
6	Criar sanções legais para a aplicação do artigo 5º da Constituição Federal, a fim de garantir direitos fundamentais igualitários de livre manifestação.

Subeixo V: Memória, verdade e justiça

Comissão da Verdade, presos políticos e Lei da Anistia	
Região: Bauru/ Araraquara	
1	Apoio incondicional a revisão e reformulação da Lei da Anistia.
Região : São Paulo	
2	Que as Secretarias de Direitos Humanos e Ministério Público garantam os princípios da Constituição, dando garantia e legitimidade aos movimentos sociais, conforme o Capítulo I, art. 5°, inciso IX e inciso XVI, em defesa das lideranças e defensores dos direitos humanos contra o Estado e grupos de extermínio que violam estes direitos e, assim, efetivando a regulamentação dos direitos da sociedade civil de se organizar e reivindicar seus direitos, sem intervenção do Estado, uma vez que está incluso na Constituição Federal.
Região : Itapeva	
3	Assegurar a livre manifestação de movimentos sociais; incentivar o desenvolvimento, visibilidade e o acesso das mídias alternativas.
Região : Livre São Paulo	
4	Ampliação dos espaços nos municipios que sejam sede de participação dos movimentos sociais, como locais de realização de encontros, debates e foruns.
Região : Livre São Paulo	
5	Escrever petição (com apoio de juristas, movimentos sociais e sociedade civil organizada) que seja contra a criminalização dos movimentos sociais, a ser entregue aos três poderes.
Região : Livre São Paulo	
6	Criar sanções legais para a aplicação do artigo 5º da Constituição Federal, a fim de garantir direitos fundamentais igualitários de livre manifestação.

Produção de conhecimento e preservação da memória	
Região: Livre São Paulo	
7	Construção do Museu do Genocídio.
Região : Livre São Paulo	
8	Realizar mapeamento anual e regionalizado de violações de direitos humanos, com apoio das universidades públicas e instituições públicas de pesquisa.
Região : Campinas/ Limeira	
9	Garantir e implementar instrumentos legais e a interligação entre as diversas instituições, que possibilitem o acesso no ambito municipal, estadual e federeal, possibilitando a transparência dos dados relativos à vulnerabilidade social. (ex. B.O, Atestado de obito, hospital, entre outros), de acordo com cada serviço, possibilitando a criação do Mapa que aponte às vulnerabilidades de cada municipio, para a criação de políticas publicas.
Região : Catanduva	
10	Criação de observatório municipal e estadual da transfobia e homofobia para gerar dados, com acesso e cruzamento de informação e dados entre disque 100, DECRADI e Boletins de Ocorrência de delegacias comuns, com o objetivo de mapear e monitorar a violência homotransfóbica, inclusive em linguagem e tecnologias que contemplem as necessidades das pessoas com deficiência.

Região : Santos	
11	Criar indicadores sobre taxas de esclarecimentos e sobre instauração de inquéritos, validados em debates públicos e que sejam disponíveis para consulta pública também de forma desagregada por tipo de crime e por segmentos da população: criança e adolescente, população negra, mulher, idoso, pessoa com deficiência, LGBT.
Região : Sorocaba	
12	Implantar o Observatório Estadual de Direitos Humanos; desenvolver projeto de lei a nível estadual para implementar Conselhos e Observatórios Municipais de Direitos Humanos em todos os municípios do estado; e garantir a participação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana nos demais conselhos de Políticas Públicas.
Região : Bauru/Araraquara	
13	Previsão legal de obrigatoriedade dos observatórios sociais nos três níveis federativos e criação do SNDH à semelhança do SUS e SUAS, inclusive como condição para repasses de fundo a fundo.
Região : Franca e Barretos	
14	Criar observatórios nas Regiões administrativas com o objetivo de traçar diagnóstico para auxiliar na elaboração de políticas públicas em direitos humanos.
Região : Sorocaba	
15	Garantir a realização de pesquisa para levantamento de indicadores referentes a violência contra criança e adolescente, população negra, mulher, idoso, pessoa com deficiência, LGBT para servir de base para formulação de políticas públicas.
Sistema de Justiça Criminal	
Região: São José dos Campos	
16	Que o governo do estado crie uma delegacia regional no Vale do Paraíba contra crimes raciais, de LGBTfobia e de religiões de matriz africana.
Região : Presidente Prudente	
17	Que haja um espaço específico para atendimento a crianças e adolescentes, desvinculados da Delegacia da Mulher.
Região : Campinas/ Limeira	
18	Ampliar as delegacias (e seus horários de atendimento) voltadas para segmentos vulneráveis, tais como idosos, crianças e adolescentes, mulheres e pessoas com deficiência, delegacias para crimes de racismo, intolerância religiosa e LGBTfobia.
Região : Franca e Barretos	
19	Funcionamento das delegacias da mulher e de delegacias especializadas 24 horas.
Região : São José dos Campos	
20	Instalação de uma Delegacia Macro Regional especializada em atendimento de pessoa com deficiência.
Região : Sorocaba	
21	Promover medidas mais eficazes para reduzir a incidência de execuções extrajudiciais, como o fim da militarização das polícias e formação em direitos humanos para as forças de segurança
Região : Livre São Paulo	
22	Aprovar proposta para a desmilitarização da Polícia Militar.

Região : Franca e Barretos	
23	Desmilitarização da Polícia e mudança da cultura institucional em favor de uma cultura de paz e de humanização de atendimento do agente de Segurança Pública.
Região : Araçatuba	
24	Obrigar o Estado através de seus servidores, sob pena de punição funcional a cumprir o disposto na lei estadual 15.552/2014, que proíbe a revista vexatória em unidades prisionais.
Região : Campinas/ Limeira	
25	Modernizar e humanizar unidades do sistema penitenciário, com qualificação profissional visando reinserção no mercado de trabalho e ofertas de serviços de cultura, esporte, lazer e saúde; modernizar e humanizar as revistas, com prioridade para as revistas femininas, no sistema penitenciário e unidades socioeducativas; com inclusão de uma ala separada para travestis e transexuais conforme sua identidade de gênero.

Caderno de Proposta

EIXO III - PROMOÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA IGUALDADE

Subeixo I: Desenvolvimento e direitos humanos

Desenvolvimento local e questão fundiária	
Região: Franca e Barretos	
1	Promover estudos de impacto socioeconômico da vizinhança e usar obrigatoriamente instrumentos de participação direta como condição para a criação de pedágios.
Região : Bauru/Araraquara	
2	Garantir e ampliar a legalização dos territórios quilombolas e indígenas da região, bem como no contexto urbano as moradias indígenas.
Região : São Paulo	
3	Há grande insatisfação no plano de metas de moradia pela falta de ações da regularização fundiária, e construção de moradias dignas para pessoas de O a 3 salários mínimos que, por conta do descaso do Poder Público não atende as famílias e pessoas sem terras. Problemas como despejos, áreas de riscos, abrigos, alojamentos, nas listas das demandas habitacionais que não estão sendo atendidas por falta de políticas sociais. É preciso frear a especulação imobiliária e das construtoras e grileiros profissionais.
Região : Registro	
4	Universalização do saneamento; proposta e investimento para geração de renda para as comunidades tradicionais(ex. quilombolas, caiçaras e ribeirinhas, indígenas, entre outras); fiscalização do cumprimento da legislação ambiental e responsabilização pelo não cumprimento da legislação.
Região : Oeste da RMSP	
5	Impulsionar a economia solidaria e a agricultura familiar

Desenvolvimento sustentátvel e gestão ambiental	
Região: Sorocaba	
6	Fomentar o debate sobre implementação dos objetivos do desenvolvimento sustentável, especialmente os objetivos 11 – tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros e resilientes, e 16 – promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável.
Região : Itapeva	
7	Promover políticas ambientais de logística reversa, como por exemplo, para o lixo eletrônico.
Região : Marília	
8	Gestão ambiental: o poder público deve criar bolsões para a coleta de descarte de objetos de grande porte; incentivar a coleta seletiva em supermercados; manter limpos os locais de uso público; proteger os mananciais urbanos e rurais; criar programas de arborização urbana com mudas adequadas; utilizar as áreas desocupadas para criação de hortas comunitárias, praças, centros de lazer e de esportes com instrutores; e aumentar a segurança patrimonial nas escolas e terrenos para evitar crimes.
Região : Ribeirão Preto	
9	Coleta/devolução do descarte de medicação e insumos, inclusive perfurantes, de acordo com a legislação vigente.

Região : São José dos Campos	
10	Criação e tombamento do parque estadual de preservação ambiental da várzea do Rio Paraiba do Sul e demais bacias hidrográficas do Estado de São Paulo, ficando proibida a extração de areia e monocultura de eucaliptos. Essa atividades só poderão ser retomadas após a recuperação ambiental e realização de estudos de suporte dessas áreas.
Região : Oeste da RMSP	
11	Implantar coletas seletivas através de eco pontos; 100% de saneamento básico e proteção de nascentes.
Desenvolvimento sustentátvel e gestão ambiental	
Região: Livre São Paulo (empresas)	
12	O Estado deve emitir uma recomendação para que as empresas descrevam, em relatórios públicos, quais mecanismos e indicadores elas têm para identificar, tratar e mitigar (due diligence) seus impactos reais e potenciais em direitos humanos nas suas atividades diretas e indiretas (relações comerciais/cadeia de valor).
Região : Itapeva	
13	Que seja criado um Plano de Ação nacional sobre Empresas e Direitos Humanos que: a. tenha um processo de elaboração participativo (governo, empresas, sociedade civil e impactados), inclusivo e representativo desde o início; b. esclareça os papeis e as responsabilidades das empresas em relação aos direitos humanos na sua cadeia de valor e no entorno; c. preveja os intrumentos para a diligência devida em direitos humanos e divulgação de boas práticas; d. seja coordenado por um grupo intergovernamental que garanta o diálogo com outras agendas do governo, grupos representativos empresariais e setoriais, organizações da sociedade civil, impactados e agências especializadas da ONU em empresas e direitos humanos.
Região : Livre São José do Rio Preto	
14	Incentivo público para empresas que trabalham na ressocialização de ex-detentos e moradores de rua.
Trabalho	
Região: Presidente Prudente	
15	Criar programas municipais de profissionalização e acesso ao trabalho e renda, vinculado ao Programa Nacional de Incentivo Fiscal às empresas e indústrias para a contratação de trabalhadores LGBT
Região : Ribeirão Preto	
16	Efetivação e fiscalização das Políticas Públicas para a inclusão profissional dos jovens e egressos de medidas socioeducativas e sistema prisional
Região : Araçatuba	
17	Criar um sistema de incentivos fiscais para empresas para contratação de pessoas LGBTs

Região : Catanduva	
18	Promover ações afirmativas para cumprir e ampliar a lei das cotas, facilitando o acesso ao mercado de trabalho para mulheres, LGBT, jovens em empresas privadas, empresas com convênio público, e poder público (municipal e estadual), e que este público seja respeitado como profissional e ocorra a conscientização dos demais trabalhadores.
Região : Franca e Barretos	
19	Esmiuçar as quotas de pessoas com deficiência, conforme tipo de deficiência na legislação trabalhista, contemplando as deficiências com menor colocação no mercado de trabalho, respeitando a qualificação profissional das pessoas.
Região : Franca e Barretos	
20	Fiscalização sistemática e efetiva do Ministério do Trabalho e Emprego em relação ao trabalho doméstico e trabalho escravo e regulamentação dos sindicatos de empregados domésticos. Efetivação do instrumento de expropriação dos bens dauqueles que utilizam do trabalho escravo, conforme proposta de PEC .
Região : Presidente Prudente	
21	Criar mecanismos eficazes de combate ao assédio moral, através de Leis que coíbam e punam a prática do Assédio em todos os ambientes de trabalho, para todos trabalhadores formais e informais, na perspectiva do trabalho decente.
Região : São Paulo	
22	Parceria entre União, estados e municípios para construção de um centro de formação PRONATEC na Zona Leste e São Paulo para formação de jovens e adultos com curso técnico (FIC) para trabalho e fomento de geração de renda com matéria de DH incluídos.
Região : Santos	
23	Promover capacitações profissionalizantes para geração de renda, bem como articular junto a instituições e entidades de bairro com órgão gestor, visando descentralizar os cursos profissionalizantes, com encaminhamento ao mercado de trabalho.
Região : Livre São Paulo	
24	Formação permanente e financiamento em educação e economia solidária.

Subeixo II: Compromissos institucionais com as políticas de reparação, ações afirmativas e promoção da igualdade

Cultura africana e afro-brasileira	
Região: Ribeirão Preto	
1	Instituir a obrigatoriedade da inclusão de História e Cultura Africana e Afro-brasileira em relações étnico-raciais, em todos os currículos nos seguintes cursos: 1- de licenciatura em geral; 2- de bacharelado em Medicina; 3- de formação de policiais civis, militares, de guardas civis municipais e demais profissionais da área de segurança pública; 4- iniciais de carreiras públicas; 5- de formação e capacitação de Conselheiros em geral.
Região : Araçatuba	
2	Garantir a aplicação da Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008 pelo Estado de São Paulo (inclui no currículo escolar "história e cultura afro-brasileira e indígena").
Região : Itapeva	
3	Incentivar o respeito à cultura negra e à preservação desta, como, por exemplo, por meio de feiras, concursos e outras políticas da área da cultura.
Região : Registro	
4	Livre São José do Rio Preto
Política de cotas	
Região: Franca e Barretos	
5	Fortalecimento e universalização das políticas de quotas raciais.
Região : Itapeva	
6	Promover efetivamente as políticas de quotas raciais e para as pessoas com deficiência.
Região : Livre São José do Rio Preto	
7	Cotas raciais no serviço público.
Promoção da igualdade	
Região: Araçatuba	
8	Promover e divulgar corretamente, evitando efeitos de maior segregação/discriminação, o princípio e funcionamento das políticas de ações afirmativas como políticas de reparação e inclusão social.
Região : Marília	
9	Envolver os profissionais da educação, família, alunos e sociedade civil em fóruns de debates sobre as ações afirmativas e promoção da igualdade.
Região : Franca e Barretos	
10	Alteração das normas legais vigentes revogando a proibição de doação de sangue por pessoas LGBT. Combater a LGBTfobia no ato da doação de sangue.
Região : Araçatuba	
11	Reconhecimento oficial e público pelo Estado dos "grupos vulneráveis" como minorias sociológicas: mulheres, negros, pessoas com deficiência, juventude, idosos, diversidade sexual, quilombolas, povos tradicionais de terreiro e povos ciganos, como credora de direitos humanos específicos.

Região : Araçatuba	
12	Tornar obrigatório o reconhecimento dos sacerdotes de religião de matriz africana da mesma forma que sacerdotes de outras religiões em visitas em hospitais, equipamento de saúde e demais equipamentos públicos.
Região : Campinas/ Limeira	
13	Garantir o atendimento de qualidade e humanizado nos hospitais, reservando espaço para todas as práticas religiosas e alterando o campo religião nos prontuários, retirando o nome das religiões pré-definidas e incluindo o campo de preenchimento.
Região : Campinas/ Limeira	
14	Incluir os itens raça, etnia, cor, religião, gênero, identidade de gênero e orientação sexual nos prontuários de atendimento na saúde, assistência, educação e outras áreas do serviço público, para promover e garantir o respeito a singularidade dos sujeitos.
Região : Livre São José do Rio Preto	
15	Alterar critérios no sorteio de programas de habitação para assegurar os direitos de movimentos sociais LGBT.
Região : Oeste da RMSP	
16	Indenizar os negros por perdas de direitos fundamentais ao longo dos séculos tendo em vista as diversas violações, com perdas financeira e educacional.

Subeixo III: Promoção de direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais

Atenção psicossocial	
Região: Campinas/ Limeira	
1	Intensificar a Fiscalização das Comunidades Terapêuticas e Clinicas de Reabilitação, assim como incentivar e fortalecer RAPS (Rede de Atenção Psicossocial).
Região : Catanduva	
2	Adequar os serviços de saúde direcionados à dependência química, respeitando a identidade de gênero do usuário, com aprimoramento da qualificação técnica dos profissionais destes equipamentos.
Região : Franca e Barretos	
3	Modificar a política de enfrentamento às drogas, inclusive com descriminalização no porte para uso próprio e, em contrapartida, aprimorar os serviços disponíveis para prevenção, tratamento e redução de danos aos usuários.
Cultura, esporte e lazer	
Região: Catanduva	
4	Criação de eventos esportivos e culturais na garantia da cidadania de todos.
Região : Oeste da RMSP	
5	Implantar políticas publicas, culturais descentralizadas nas periferias, facilitando o acesso com equipamentos e programas de qualidades.
Direito à água e saneamento	
Região: Livre São Paulo	
6	Garantir o direito à água e ao saneamento básico como direito humano, incluindo-os como direitos sociais previstos na Constituição Brasileira.
Direito à educação	
Região: Araçatuba	
7	Garantir a efetivação de políticas públicas governamentais para o exercício real dos direitos humanos à educação.
Região : Itapeva	
8	Promover meios de participação social das comunidades como requisito para a realização de reformas da rede de ensino estadual.
Região : Bauru/Araraquara	
9	Implementar e assegurar projetos dinâmicos e educativos que visam a diversidade de alteridade econômicos, sociais, culturais e ambientais.
Região : Marília	
10	Contra a reorganização do ensino no Estado de São Paulo, que diminuiu o número de cursos noturnos para alunos que trabalham, as mudanças nas escolas que obrigam os mesmos a estudar longe das suas residências e o número excessivo de alunos em sala de aula.

Direito à saúde	
Região: Catanduva	
11	Criar um centro de referencia especializado para saúde dos idosos.
Região : Ribeirão Preto	
12	Garantir o direito efetivo à medicação das doenças crônicas até o termino do seu tratamento.

Direito da criança e do adolescente	
Região: Campinas/ Limeira	
13	Garantir a aplicação do ECA que prevê o acesso, a matrícula e a permanência de egressos da Fundação Casa na rede pública de ensino.
Região : Catanduva	
14	Garantir o atendimento multiprofissionalizado e acompanhamento de crianças e adolescentes e suas famílias durante o processo de separação dos genitores na vara da família.
Região : Registro	
15	Propor ações atrativas para fortalecer a participação dos alunos nas escolas e comunidades; fortalecer parceria com as famílias e órgãos públicos para garantir os direitos e deveres das crianças e adolescentes; fortalecer principalmente os quatro pilares MINISTÉRIO PÚBLICO, CMDCA, Vara da Infância e Conselho Tutelar.
Região : Campinas/ Limeira	
16	Garantir os direitos humanos de crianças e adolescentes, previstos em leis (ECA, lei do Sinase e legislações pertinentes), assegurando trabalho qualificado dos profissionais que executam medidas socioeducativas (meio aberto e fechado), valorizando estes profissionais (capacitação e condições de trabalho) e fiscalizando suas açoes para coibir abusos de autoridade.
Região : Registro	
17	Desenvolvimento de ações educativas para crianças e adolescentes em situação de risco, por organizações do terceiro setor.
Região : Livre São José do Rio Preto	
18	Incluir Assistente Social, Psicólogo, Psicopedagogo nas escolas.

Segmentos vulneráveis	
Região: Marília	
19	Pessoas com deficiência: o poder públivo deve criar um cadastro único para pessoas com deficiência nos municípios; promover descontos para deficientes na aquisição de benefícios e serviços públicos; incentivar entidades públicas e particulares a criar programas para divulgar os direitos de deficientes e direitos humanos em geral; aumentar o limite da renda per capita para o recebimento de benefícios de assistência continuada.
Região : Ribeirão Preto	
20	Promover acessibilidade em edificações publicas.

Região : São José dos Campos	
21	Que o Governo Estadual e os governos municipais efetivem as políticas públicas de educação, incluindo a demanda das pessoas com necessidades educacionais especiais, e da saúde, nas questões de relações étnico-raciais, identidades sexuais e de gênero, garantindo e viabilizando a estrutura adequada, formação continuada e efetiva de todos os atores envolvidos.
Região : Presidente Prudente	
22	Garantir a efetiva participação de representantes da população carcerária nas Conferências de Direitos Humanos enquanto membros da sociedade civil.
Região : Franca e Barretos	
23	Efetivar a implementação de todos os serviços previstos em lei, como os serviços de busca ativa para a população em situação de rua.
Segurança alimentar	
Região: Sorocaba	
24	Articular de forma prioritária e estratégica as amplas ações que promovem o acesso e a implementação da política de segurança alimentar garantindo o direito humano a alimentação adequada.

Subeixo IV: Estratégias de mobilização e promoção dos direitos humanos

Campanhas e conscientização	
Região: Franca e Barretos	
1	Implantação nas escolas e promover campanhas intersetoriais de divulgação de Direitos Humanos para população em geral, por meio de veículos de comunicação e dos equipamentos Públicos e Privados.
Região : Campinas/ Limeira	
2	Elaborar materiais sobre sexualidade e direitos sexuais como Direitos Humanos, no combate à discriminação e valorização da população LGBT e demais identidades de gênero, bem como de suas uniões afetivas em linguagem e formatos acessíveis e alternativos, como: braile, libras, legendagem, letras ampliadas e formatos eletrônicos digitais.
Região : Campinas/Limeira	
3	Realizar campanhas em todos os veículos de comunicação para a garantia de direitos da população LGBT, negros, mulheres, pessoas com deficiência, população em situação de rua e praticantes de religiões de matriz africana.
Região : Itapeva	
4	Criar campanhas em períodos comemorativos de temas específicos dos direitos humanos (combate à violência contra a mulher, enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, direitos da população indígena), com a divulgação dos instrumentos legais já existentes.
Região : Presidente Prudente	
5	Promoção e financiamento por parte do Estado, buscando parcerias com instituições de ensino estaduais e federais, de mostras artísticas, festivais de cinema, danças e peças teatrais, produções literárias e outras expressões culturais diversas, com temáticas LGBT, com intuito de fomentar e valorizar a visibilidade dessas expressões e a produção cultural local e para promoção de seminários formativos com intuito de capacitar e empoderar as lideranças e militâncias LGBT.
Região : Presidente Prudente	
6	Criar a Semana das identidades e diversidades LGBT juntamente com circuitos, culturais (acadêmicos, artísticos e esportivos) dentro do calendário escolar nas redes municipais, estaduais e federais.
Região : Presidente Prudente	
7	Criar vídeos curtos e peças de comunicação institucionais publicitárias sobre a temática LGBT, étnico-racial e cultural, com ampla divulgação nas mídias (TV, rádio, internet, jornais, materiais impressos e redes sociais), e que sejam feitos materiais específicos para as datas oficiais das temáticas e que haja a promoção de espaços nas manifestações por direitos LGBT.
Região : Santos	
8	Propor alteração da Lei de Diretrizes e Base da Educação, incluindo a disciplina de Direitos Humanos na grade curricular em todos os níveis educacionais.

Região : São José dos Campos	
9	Que o Estado inclua na programação da grande mídia em seu horário nobre (televisão, rádio e jornal) a divulgação imparcial de eventos, pré- conferências, conferências municipais, bem como eleições do Conselho Tutelar e debates públicos que envolvam as temáticas de direitos humanos.
Região : Livre São Paulo (empresas)	
10	O Estado deve fomentar que as empresas capacitem e engajem os fuincionários em temas de direitos humanos, bom como os públicos impactados, para que saibam quais são os seus direitos e os compromissos assumidos pela empresa.
Região : Livre São José do Rio Preto	
11	A estratégia de visitas técnico social nos bairros promovendo o empoderamento social e política do cidadão.
Juventude	
Região: Marília	
12	Delinear e assegurar equipamentos culturais e de lazer, como por exemplo, arquivos, bibliotecas, cinemas, teatros, museus, acervos temáticos, dentre outros, que favoreçam a participação de jovens da periferia, possibilitando a reconstrução de uma memória cultural.
Região : Registro	
13	Trabalho e qualificação, lazer, e cultura para jovens, por meio da construção de centros da juventude municipais nos bairros vulneráveis garantindo ações específicas para jovens em cumprimento de medida sócioeducativa – com objetivo de inclusão social e profissional de acordo com interesse dos proprios jovens.
Sistema de ensino/ currículo	
Região: Araçatuba	
14	Inclusão no ensino público oficial de disciplina denominada "participação político social" e de conteúdo de direitos humanos.
Região : Presidente Prudente	
15	Inclusão do tema: "Direitos Humanos", fazendo parte da grade curricular desde a pré escola até o Ensino Médio, com previsão da discussão de gênero, raça, Pessoa com Deficiência, sexualidade, cidadania entre outros
Região : São José dos Campos	
16	Institucionalização do ensino de Direitos Humanos na Educação Básica, no Ensino Técnico e Profissionalizante e no Ensino Superior por meio de: • disciplina obrigatória no currículo da - tratamento obrigatório em todas as disciplinas da Educação Básica do tema transversal garantindo a "condição de equidade humana" • inserção do tema Direitos Humanos nas avaliações nacionais, estaduais e municipais dos sistemas educacionais
Região : Ribeirão Preto	
17	Promover a educação e a cultura em Direitos Humanos para contribuir com a formação de uma cidadania ativa voltada aos estudantes da educação básica brasileira, a partir da inserção dos currículos e conteúdos programáticos dos sistemas de ensinos: federal, estaduais e municipais, focando na temática da violencia, difrenças direitos humanos.

Região : Ribeirão Preto	
18	Inclusão do tema: memória, verdade e justiça, de modo transversal nos currículos e conteúdos programáticos dos sistemas de ensino: municipais, estaduais e federal, voltado aos estudantes da educação básica.
Região : São Paulo	
19	Garantia de financiamento para implementação da rede educadora em direitos humanos na grade escolar, em toda esfera governamental para fortalecimento de vínculo familiar e comunitário. Para a população de rua a garantia será através da rede intersetorial entre a secretaria municipal de assistência social, secretaria municipal de trabalho e empregabilidade, secretaria municipal de educação e secretaria municipal de direitos humanos e cidadania.
Região : Livre São José do Rio Preto	
20	Implantar no Plano Curricular Escolar orientações quanto ao respeito à diversidade humana (gênero, raça, etnia, deficiência, classe social, etc).
Região : Oeste da RMSP	
21	Garantir a transversalidade de temas como a violência, gênero e etnia/raça sejam contemplados nos planos educacionais.
Sistema de ensino/ rede	
Região: Sorocaba	
22	Garantir mecanismos educacionais oficiais e inclusos no currículo básico da educação do Estado de São Paulo e em concordância aos parâmetros curriculares nacionais (PCNs), focados no desenvolvimento integral do educando valorizando a formação de uma consciência de tolerância, de respeito ao outro, de solidariedade e de compromisso a desconstrução a todas as formas de discriminação, opressão e violência e que para tal constitua como eixo educacional transversal em todos os ciclos a valorização das amplas culturas materiais e imateriais (suas produções, instrumentos, crenças, religiosidade, etc.) e suas amplas narrativas históricas (ampliando a compreensão dos processos históricos, sociológicos, econômicos e geográficos) fomentando o empoderamento, a conscientização e a tolerância
Região : Catanduva	
23	Criação e implantação de políticas públicas em Direitos Humanos nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas.
Região : Marília	
24	Criação de um programa extracurricular escolar com o objetivo de fomentar o conhecimento e participação dos estudantes nas Câmaras de vereadores
Região : Sorocaba	
25	Incluir nas escolas temas relativos aos direitos humanos e promoção das conferências temáticas, inclusive pela promoção de conferências infantojuvenis de direitos humanos.
Região : Catanduva	
26	Garantir que todas as escolas públicas e privadas combatam e conscientizem sobre todos os tipos de violência (ex. racismo, machismo, homofobia, transfobia, entre outros).

Região : Presidente Prudente	
27	Elaborar e implementar ações que garantam a abordagem plural dos Direitos Humanos, da identidade garantindo a expressão de gênero, sexual, religioso, étnico-social, em todos ambientes educacionais públicos e privados.
Região : Sorocaba	
28	Trazer para dentro da escola, obrigatoriamente projetos de vivências que trabalhem as questões de diversidades, para identificação e mobilização no enfrentamento a violência relacionados as questões de diversidade, desde a primeira infância ao ensino superior.
Região : Livre São José do Rio Preto	
29	Desenvolver ações educativas de Direitos Humanos nas escolas.
Região : Oeste da RMSP	
30	Garantir práticas escolares com o viés social, humanístico, para a alteridade.

Secretaria de Planejamento e Gestão

Secretaria da Justiça
e da Defesa da Cidadania

GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO